



Reitor: Odilon Luiz Poli
Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão: Maria Luiza de Souza Lajús
Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Claudio Alcides Jacoski
Vice-Reitor de Administração: Sady Marzioni

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Ricardo Rezer

© 2010 Argos Editora da UnoChapecó
Este livro ou parte dele não podem ser reproduzidos por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

910.13042 Sánchez, Fernanda
S211r A reinvenção das cidades para um mercado mundial /
Fernanda Sánchez. – 2. ed. – Chapecó, SC : Argos, 2010.
555 p. (Grandes Temas ; 10)

ISBN: 978-85-7897-022-2

1. Geografia urbana. 2. Planejamento urbano.
3. Cidades. I. Título. II. Série.

Catálogo elaborado por Caroline Miotto CRB 14/1178
Biblioteca Central da UnoChapecó



Conselho Editorial:

Rosana Maria Badalotti (presidente), Carla Rosane Paz Arruda Teo (vice-presidente),
César da Silva Camargo, Érico Gonçalves de Assis, Maria Assunta Busato,
Maria dos Anjos Lopes Viella, Maria Luiza de Souza Lajús, Múriilo Cesar Costelli,
Ricardo Rezer, Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

Coordenadora:
Maria Assunta Busato

CJM
PASTA 73 80
FOLHAS 33
11

2ª edição

A reinvenção das cidades para um mercado mundial

Fernanda Sánchez



Curitiba e Barcelona: renovação urbana, processos políticos e intervenções espaciais

A partir da análise de alguns processos de renovação urbana da década de 1990 em sua relação com os respectivos governos de cidade e suas políticas urbanas, é possível, efetivamente, identificar interessantes convergências. Essas convergências, nos casos analisados, dizem respeito às estratégias utilizadas pelo poder político para “vender” as cidades. De fato, a partir de um determinado momento histórico, aqui identificado como o da década de 1990, as cidades passam a ser “vendidas” de modo semelhante, o que sugere que o espaço das cidades se realiza então como mercadoria.

A transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge outro patamar, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual. Como um fenômeno recente, a existência de um mercado mundial de cidades mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo: a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcança cidades como um todo, evidencia a produção global do espaço social.

A nova inspiração encontrada pelo capitalismo na conquista do espaço compreende a sua compra e venda na escala mundial. Essa orientação estratégica tem muito mais importância que a simples venda de parcelas do espaço, pois procura realizar uma reorganização abrangente da produção subordinada às cidades e aos centros de decisão. Aí parece estar o que o fenômeno do mercado de cidades tem de novo: a produção global do espaço.

Essa estratégia global encontra uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo: a construção da cidade-mercadoria que, sob a égide do poder político do estado, perfila-se por meio dos processos de renovação urbana (como exigência da economia competitiva) e por meio da construção de imagem para inseri-la no mercado. Como mercadoria especial, envolve estratégias especiais: são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de *city marketing* importantes instrumentos de difusão e afirmação. As representações do espaço, como parte do processo de reprodução do espaço, contribuem, pela mediação do político, com os processos de intervenção espacial para renovação urbana.

O trabalho pertinente consiste, do ponto de vista analítico, em desvendar a visão de mundo que dá base à construção teórica que produz as representações do espaço. A concepção do espaço em referência a uma determinada visão de mundo produz estratégias de intervenção por meio do planejamento urbano. Essas estratégias espaciais são justificadas pelo discurso que difunde a globalização, a competitividade, e são vendidas pelo *marketing* de cidade.

As razões da comparação

As imagens-síntese e o discurso sobre as cidades se referem a estratégias baseadas na racionalidade dos processos de reprodução da economia global. O discurso se baseia numa visão de mundo que justifica e permite a realização das necessidades impostas pelo estágio atual da produção, aquele que se refere à construção do mercado mundial e do espaço mundial. Sob a égide da globalização, transformada em paradigma de entendimento do mundo moderno, constrói-se um discurso que a justifica e que está na base de sua sustentação.

No que diz respeito ao arcabouço simbólico utilizado por alguns governos de cidade, verifica-se que ele está associado a um claro investimento em construção de imagem e em *marketing* urbano internacional. De fato, determinados discursos dominantes que fundam as políticas correspondentes à década de 1990 e à virada de século, associados a algumas imagens contemporâneas de cidades, guardam relações de semelhança significativas, como parece mostrar a análise dos discursos e imagens urbanas produzidos nas cidades de Curitiba, no Brasil, e Barcelona, na Espanha.

Essa identificação permite pensar que os processos de renovação urbana de Curitiba e de Barcelona, as pautas para a gestão pública das cidades e o campo político-institucional para atuação dos agentes guardam também algumas semelhanças. Para discutir esse pressuposto, torna-se necessário trazer para a análise alguns elementos considerados relevantes, da gênese histórica de cada um dos projetos, que permitam uma compreensão mais abrangente

acerca deles e uma explicação mais consistente das referidas convergências atuais.

Trata-se de discutir por que essas convergências nas políticas de renovação urbana e nas imagens acontecem em alguns casos, questionamento que se torna tanto mais inquietante quanto mais distintas parecem as cidades e os contextos políticos, econômicos e espaciais onde elas têm emergência. Como e por que isso acontece? Lefebvre (1998) faz menção à produção de um espaço “especificado” historicamente. Se há algo como a história do espaço, se o espaço pode ser “especificado” com base em períodos históricos, sociedades, modos de produção e relações de produção, então é cabível pensar que esteja sendo produzido um espaço particular da fase atual do capitalismo, específico das sociedades urbanas dirigidas e dominadas por novas relações de produção capitalista.

Também é certamente defendível pensar que os discursos e as imagens construídos a partir de determinados agentes e centros de difusão, que circulam em várias escalas – local, regional, nacional ou internacional – contribuam, tendo o papel de delinear, de formular a configuração e a realização desse espaço particular, específico, das sociedades urbanas da época presente²⁹. As políticas de renovação urbana de algumas cidades e seus instrumentos de afirmação estariam orientados a aportar elementos práticos, materiais e simbólicos para tal especificação.

29. Quanto à importância de discursos, manifestos e ideários na produção de espaços particulares e correspondentes a determinados períodos históricos, Lefebvre (1998) faz referência a Bauhaus e ao ativismo intelectual e político de seus ideólogos na produção do espaço do modernismo e do capitalismo industrial nas primeiras décadas do século XX.

Embora o período tomado para estudo comparativo de Curitiba e de Barcelona, quanto a suas políticas de *marketing* urbano, seja o da década de 1990 até a virada de século, torna-se relevante discutir o processo histórico que, nas últimas duas décadas, deu origem às atuais orientações das políticas em Curitiba e em Barcelona.

A proposta de reflexão acerca da gênese do processo de modernização urbana de Barcelona se fundamenta na necessidade de entendimento das formas histórico-sociais nas quais foi construída a cidade-mercadoria, a “marca Barcelona”. De fato, a transformação da cidade em mercadoria, em produto terminado como imagem de marca, para situá-la na esfera da circulação, tende a diluir grande parte das características concretas do processo histórico e dos atores que participaram de sua construção. É desse modo que a imagem da cidade de Barcelona é confrontada com a de outras cidades, como a de Curitiba, despidas de passado: na esfera da circulação, no mercado de cidades, Barcelona foi tornada semelhante a Curitiba.

Mas, no plano analítico, cabe a comparação? A partir do momento em que foram identificadas diversas semelhanças nas imagens atuais exportadas pelos governos de ambas as cidades, surgiram as seguintes questões:

- Como se explica a convergência contemporânea no modo como são vendidas as duas cidades no mercado internacional, tratando-se de cidades com histórias políticas, culturais e urbanísticas tão diferentes?

- Como governos locais com orientações políticas aparentemente divergentes podem, a partir de um certo momento, ter reorientado suas políticas em direções semelhantes?

- Se há, entre os dois processos políticos, diferenças relativas à relação dos governos com a sociedade civil e às intervenções urbanas ao longo das três últimas décadas, essas diferenças fragilizam ou fortalecem a sustentação analítica das semelhanças atuais relativas à mercadoria-cidade que é vendida internacionalmente?

- O projeto de cidade perseguido pelo governo socialista e implementado desde o final da década de 1970 em Barcelona contribuiu para a construção da democracia e para o exercício da cidadania de modo que esse projeto construiu alternativas políticas à mera orientação de vender a cidade ao capital globalizado?

Trata-se, então, de procurar entender o processo político dos governos locais das cidades de Curitiba e de Barcelona, particularmente no que se refere às políticas urbanas e às mudanças de sentido dadas ao espaço desde o final da década de 1970. No caso de Curitiba, o período mais relevante para esse resgate histórico é exatamente o da implantação do Plano Diretor de 1965, a partir do qual iniciou um novo projeto de cidade. O marco temporal mais preciso para Barcelona é o ano de 1979, quando, depois de quatro décadas de ditadura franquista, o Partido Socialista ganhou as eleições municipais, aliado a uma coalizão de forças de oposição à ditadura. A dimensão dessa diferença relativa à história política das últimas décadas em Curitiba e em Barcelona deve ser analisada, pois, de fato, é procedente pensar que se tratam de diferentes arranjos de poder presentes nas duas cidades e de distintas formas de exercício da cidadania e de relação entre o governo da cidade e a população, portanto, diferentes apostas políticas e diferentes projetos de cidade.

Curitiba: breve resgate histórico das políticas urbanas associadas à "cidade-modelo", 1970-2001

A imagem de Curitiba como "cidade-modelo" foi erigida já no início da década de 1970. À época do chamado "milagre econômico", durante o regime militar, a cidade de Curitiba foi escolhida como vitrine urbana do Brasil desenvolvido e moderno. Em outras palavras, a experiência de renovação ali realizada passou a ser veiculada como a versão urbana do milagre brasileiro.

A cidade de Curitiba teve, na década de 1960, a maior taxa de crescimento populacional do País, próxima aos 5% ao ano, passando de uma população de 361.309 habitantes, em 1960, a 609.026 habitantes, em 1970, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Instituto Brasileiro..., 1970). O crescimento foi originado, em grande parte, pela migração do campo para a cidade resultante da mecanização da agricultura e da expulsão de trabalhadores das áreas rurais. Com o objetivo manifesto de fazer frente a esse processo, foi realizado, em 1965, o Plano Preliminar de Urbanismo. Esse plano propunha, segundo seus formuladores, uma estruturação global para a cidade, que combinava diretrizes de uso do solo, transporte coletivo, localização industrial e de áreas de lazer.

O Plano Diretor, derivado do anterior e aprovado no ano de 1966, apresentava um modelo linear de expansão urbana por meio dos chamados "eixos estruturais". Ao longo desses eixos, a proposta integrava uma solução de transporte coletivo em "canaletas" exclusivas para os ônibus, padrões específicos de uso do solo, de altura

das edificações e definidores das atividades permitidas (Sánchez, F., 1993). Outro pilar do plano foi a promoção da industrialização, com a criação de uma zona especial, a oeste da cidade, denominada Cidade Industrial de Curitiba (CIC) apoiada por incentivos fiscais e urbanísticos para atração de tais atividades. A recuperação do centro, com a delimitação do Centro Histórico e com o incentivo a determinadas atividades culturais e de lazer, a criação do “calçadão da Rua das Flores”, promovida como “a primeira rua para pedestres do Brasil”, e a criação dos primeiros parques urbanos constituem o conjunto das principais ações relacionadas à implementação do Plano Diretor na década de 1970 (figura 4).

A imagem da cidade, construída já naquela década, apresenta e legitima esse conjunto de ações urbanísticas com uma associação a representações de “inovação”, “modernidade”, “eficiência”, “simplicidade e baixo custo” e “preocupação com o meio ambiente”. São essas representações que acompanham as intervenções nas áreas de transporte coletivo, uso do solo e preservação do patrimônio. Por meio das imagens produzidas a partir dessas representações, procurava-se destacar Curitiba como “cidade planejada”, “cidade-modelo” entre as cidades brasileiras e também entre as do Terceiro Mundo. De fato, essa imagem começou a se impor na escala nacional a partir da década de 1970.

É necessário recuperar alguns elementos da gênese do projeto de modernização urbana de Curitiba. Particularmente a estrutura institucional criada, o contexto político local e nacional da instauração do projeto, a formação de um campo de atores e de interesses em volta do planejamento da cidade, as matrizes culturais-urbanísticas que informaram o projeto e a construção de um arcabouço sim-

bólico em imagens e discursos sempre renovados, como alicerces enfiados no projeto de modernização.

Os fatores explicativos do alcance do projeto

Curitiba tem hoje uma população de aproximadamente 1,6 milhão em seu município sede. Sua área metropolitana, ou a Grande Curitiba, tem uma população de cerca de 2,7 milhões³⁰. A experiência de planejamento urbano e gestão desenvolvida na cidade, que começou a ser reconhecida e aclamada pelo governo central como modelo já na década de 1970, foi, até bem pouco tempo atrás, minimamente explorada em estudos que fugissem do prisma oficial. Encontra-se, porém, uma produção intelectual recente que desenvolve análises críticas sob diferentes perspectivas. Os trabalhos inscrevem a experiência dentro de um projeto de cidade tornado hegemônico desde meados da década de 1960, que perdeu espaço apenas por alguns anos³¹ na década de 1980, mas que voltou a ter hegemonia política durante a de 1990. As perspectivas dos autores desses trabalhos, que se contrapõem aos elencados pela mitificada retórica oficial do sucesso, dão emergência a um conjunto de fatores explicativos do alcance do projeto (Santos, 1985/1986; Namur, 1992; Sánchez, F., 1997; Moura; Kleinke, 1999; Souza, 1999; Oliveira, 2000):

30. População de Curitiba: um milhão 586 mil; população da Região Metropolitana de Curitiba: dois milhões 725 mil (Instituto Brasileiro..., 2000).

31. Correspondente às gestões de oposição, do PMDB, de 1983 a 1989.

- a construção de uma coalizão de interesses das elites empresariais e políticas em torno do projeto de cidade;

- a construção de um arcabouço institucional orientado à implementação do plano e viabilizado pela identificação desse e de seus principais atores com o ideário desenvolvimentista e tecnocrático do governo central autoritário nas décadas de 1960 e 1970;

- a articulação entre política, cultura, mídia e planejamento para a construção de uma imagem de cidade-modelo, com a difusão dessa imagem em escalas variadas por meio do *city marketing*;

- a identidade desse projeto com o ideário associado a uma agenda global para as cidades, difundida na década de 1990 pelas agências multilaterais em escala internacional.

Uma discussão histórica do projeto de cidade, a partir da elaboração do Plano Diretor em meados da década de 1960, situa as elites do planejamento urbano num campo onde também intervêm outros atores, particularmente aqueles vinculados às elites empresariais, na construção de uma coalizão local que deu sustentação ao projeto político de reestruturação urbana (Oliveira, 2000). Nessa perspectiva, a história associada ao projeto mostra a importância do atendimento aos interesses das elites empresariais para a construção da hegemonia política que permitiu a materialização do plano e o alcance obtido na implementação das políticas urbanas. Pressões e conflitos entre os planejadores e os empresários mediaram essa relação, mas a negociação e a acomodação das pautas das políticas urbanas de modo a privilegiar o atendimento aos interesses dominantes ou, ao menos, não interferir em tais interesses parece ter sido a base das sucessivas decisões na esfera do planejamento até o presente.

A sobrevivência desse projeto de cidade foi garantida também pela continuidade de um mesmo grupo político nas esferas

governamentais, sobretudo na prefeitura, mas também, em muitos períodos, no governo estadual. Esse caso de continuidade político-administrativa durante longo período é salientado pelas instâncias governamentais como fator decisivo de “estabilidade política” que permitiu a implementação do plano. Na verdade, ele pode ser lido como indicador da hegemonia da coalizão local na condução do projeto de cidade. A primeira administração do prefeito Jaime Lerner, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi no período de 1971 a 1975. Foi seguido por Saul Raiz (Arena), 1975-1979, do seu mesmo grupo político. Jaime Lerner foi novamente indicado para a prefeitura e governou pela segunda vez a cidade no período entre 1979 e 1982.

Ao longo da década de 1970, foram implantadas as principais diretrizes contidas no plano de 1965, com intervenções que caracterizaram um amplo projeto de renovação urbana: os eixos estruturais cortando o tecido urbano de norte a sul e de leste a oeste, o sistema integrado de transporte coletivo, a Cidade Industrial de Curitiba, os parques urbanos e a renovação do centro histórico. Para essas obras, o governo municipal contou com financiamento internacional do Banco Mundial, do Bando Interamericano de Desenvolvimento e de programas e linhas de financiamento dos governos federal e estadual (figura 5).

As obras que marcaram a década de 1970 tinham como principal matriz urbanística a escola modernista e a influência da construção de Brasília. Eram de cunho estrutural, pautadas na ideia do *master plan*, do plano definido na macroescala da cidade, e tinham como principais instrumentos organizadores um rígido zoneamento urbano associado ao transporte coletivo como indutor

do crescimento. Mas, nessa experiência de planejamento urbano, é possível notar a presença simultânea de outra matriz urbanística, a contextualista/culturalista, que orientou algumas obras no centro e no setor histórico. Assim, é possível afirmar, quanto às matrizes da cultura urbanística que predominaram nesse projeto de cidade, que se trata de uma experiência híbrida.

A análise dos fundamentos conceituais do plano e das soluções formais-espaciais conduziu à identificação do enraizamento dessa experiência nas grandes escolas europeias do pensamento urbanístico, particularmente no modernismo como projeto cultural – e na articulação das soluções urbanísticas locais com as práticas de renovação dos centros urbanos nos países centrais.

A materialização do projeto de cidade recupera da experiência de Brasília todo um ideal modernista, a começar pelo *master plan*, seguido pelo papel outorgado aos planejadores como “construtores de uma sociedade do futuro” mediante as mudanças na organização formal do espaço, pela relevância dada à circulação de veículos e aos fluxos urbanos, pelo zoneamento e pela separação de usos e funções, pela solução formal da arquitetura adotada para os edifícios ao longo dos eixos principais. Ao mesmo tempo, dentro do projeto de renovação urbana, algumas obras, como a transformação de ruas do centro em ruas de pedestres ou a chamada “revitalização” do centro histórico, são apoiadas em referências da cultura urbanística europeia da década de 1970, sobretudo no contextualismo pós-moderno³² (Sánchez, F., 1993). Esse hibridismo entre moder-

32. O chamado “contextualismo”, uma das vertentes do chamado “pós-modernismo”, contesta a rigidez do urbanismo modernista e a validade dos planos diretores

no e pós-moderno, embora não seja destacado na construção do discurso nem nas imagens sobre a renovação, é uma característica indiretamente acionada pelo discurso oficial, que busca qualificar a renovação urbana de Curitiba como uma superação da experiência urbanística de Brasília, como um “pós-Brasília”.

A constatação da forte influência dessas escolas e desses modelos contribui para colocar em questão aquela representação identificada como uma das mais presentes na imagem-síntese de Curitiba: a originalidade das soluções técnico-urbanísticas locais que deslumbram o Brasil, associada, por sua vez, aos recorrentes atributos de genialidade e criatividade dos urbanistas curitibanos. Verifica-se, de fato, que essas soluções urbanísticas, apresentadas como genuínos produtos locais, reproduzem soluções implantadas e levadas até as últimas consequências em países europeus (Santos, 1985/1986).

Pode-se afirmar que a política de planejamento urbano de Curitiba manteve uma mesma direção durante a década de 1970, mas que novos atores entraram em cena no início da de 1980. Os movimentos sociais de bairro e os movimentos sindicais tiveram emergência e fortalecimento como atores coletivos em Curitiba, questionando as políticas urbanas relativas à habitação, ao transporte público e ao saneamento. Construíram, à época, relações políticas que foram capitalizadas pela oposição para desestabilizar a hegemonia da coalizão local da década anterior. Em 1983, assumiu a prefeitura Maurício Fruet, do Partido do Movimento

elaborados na macroescala da cidade. Propõe uma recuperação do tecido histórico e das relações espaciais da cidade existente.

Democrático Brasileiro (PMDB), candidato da oposição, indicado pelo então governador José Richa. A conjuntura nacional de volta à democracia contribuiu para que a primeira eleição direta para prefeito depois da ditadura tivesse a vitória de Roberto Requião, do PMDB (1985-1988), cuja orientação política com relação à cidade representava a oposição ao chamado "lernismo"³³.

A política urbana da gestão de Requião não procurou no planejamento urbano de base técnica uma instância de legitimidade; em vez disso, procurou esvaziar politicamente a tecnocracia, reorientou a ação urbana para a descentralização administrativa, para o planejamento participativo nas regiões da cidade e para a construção de infraestrutura e de equipamentos sociais urbanos considerados prioritários para os bairros periféricos. Particularmente no que concerne aos interesses corporativos dos empresários do transporte, essa gestão enfrentou pesados confrontos. Mas, se os principais atores políticos do executivo municipal da década de 1980 tiveram um importante papel na construção de um outro projeto de cidade, contraposto ao projeto identificado com o lernismo, não souberam construir uma aliança consistente com os movimentos sociais ou com outras forças políticas, uma aliança que permitisse a construção e o aprofundamento de um projeto urbano alternativo³⁴.

33. O termo "lernismo", daqui em diante utilizado, refere-se não apenas às gestões de Jaime Lerner, mas também àquelas de seus seguidores na década de 1990, dos prefeitos Rafael Greca (1993-1996) e Cássio Taniguchi (1997-2000), ambos da mesma orientação política de Lerner.

34. A ruptura política com o projeto de cidade lernista, identificada naquele período com os governos de oposição, do PMDB, merece um exame mais detido, que, entretanto, foge dos limites deste trabalho.

A análise histórica qualifica o período correspondente às duas gestões do PMDB como importante período de ruptura da hegemonia anterior, com uma reorientação das políticas urbanas para a urbanização das áreas periféricas, para a construção de equipamentos sociais e para o chamado "planejamento participativo", contraposto ao "planejamento tecnocrático" associado às administrações lernistas.

Entretanto, o grupo político que estava à frente das duas gestões do PMDB não conseguiu consolidar seu projeto político e foi derrotado. Em 1989, Jaime Lerner assumiu a sua terceira gestão na prefeitura (1989-1992), dessa vez como prefeito eleito, e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Com tal eleição, a mística da tecnocracia foi revitalizada, junto com as principais representações a ela associadas: a possibilidade de realização de uma administração pretensamente neutra, situada acima da política que, segundo o discurso oficial, recolhia a experiência de sucesso de toda a década de 1970 aos campos administrativo e urbanístico.

A hegemonia do grupo político liderado por Jaime Lerner se manteve durante toda a década de 1990, com duas eleições subsequentes de seus seguidores políticos: Rafael Greca (1993-1996), eleito pelo PDT, e Cássio Taniguchi (1997-2000), eleito pelo Partido da Frente Liberal (PFL), hoje, Democratas (DEM). Jaime Lerner foi eleito governador do Estado do Paraná em 1994 e reeleito em 1998. Pode-se verificar que, em trinta anos de governos municipais, houve somente um período (1983-1988) de ruptura com o chamado "lernismo", que permaneceu no poder desde o início da década de 1970.

Alguns mecanismos institucionais relevantes e longos períodos contínuos de prefeitos e governadores alinhados ao mesmo projeto,

com poucos períodos de alternância política que comprometessem essa hegemonia, têm garantido a sustentação do Plano Diretor de Curitiba até os dias atuais. Efetivamente, o plano assumiu um caráter tão emblemático, como principal depositário da face técnico-urbanística do projeto de cidade, que, décadas depois de sua elaboração, o governo municipal insiste em considerá-lo uma peça sagrada e fundamental para a cidade, com uma aura de intocabilidade. Desde meados da década de 1990, houve pressão de alguns setores da sociedade civil, que trouxeram para a cena política a inadequação do plano para a realidade urbano-metropolitana de Curitiba³⁵. Mas uma revisão do Plano Diretor de 1965 foi realizada somente entre 1998 e 1999, direcionada sobretudo à redefinição das diretrizes de zoneamento sem, contudo, consubstanciar-se numa reelaboração abrangente do plano. Essa limitada revisão reafirmava a necessidade das elites do planejamento em preservarem o plano como peça simbólica que afirma a continuidade e o poder do projeto de cidade.

Embora o plano e sua recente atualização sejam hoje contestados por diversas organizações da sociedade civil que têm propostas formuladas para as políticas urbano-metropolitanas³⁶, essas organi-

35. A atuação desses setores guardava vínculos, por um lado, com as pautas das organizações ambientalistas e, por outro lado, com o movimento nacional por reforma urbana que se respaldava na reivindicação de revisão do antigo Plano Diretor baseada na obrigatoriedade de elaboração de planos que respondessem ao resgate da função social da propriedade, estabelecida na Constituição de 1988.

36. Veja-se, por exemplo, a atuação contestadora do Fórum em Defesa da Cidade, com participação de diversos setores da sociedade civil organizada, os documentos relativos aos debates do Seminário "O Plano Diretor de Curitiba: uma abordagem metropolitana", na câmara municipal, de maio a julho de 1997, ou os seminários realizados pela Fundação Pedroso Horta, com a publicação dos Cadernos de Gestão Pública 1999 e 2000.

zações não tiveram uma efetiva participação na suposta revisão do plano. E, como em outras ocasiões, o conjunto de leis foi aprovado de forma autoritária:

Em meio a protestos, as leis foram aprovadas em regime de urgência, em dezembro de 1999, sem a apreciação das comissões temáticas da Câmara e, em 3 de janeiro de 2000, foram sancionadas pelo prefeito, entrando em vigor em 4 de abril seguinte. (Moura, 2000).

O contexto institucional e político para a instauração do projeto

A análise histórica dá emergência às condições político-institucionais para a implementação do plano a partir da segunda metade da década de 1960. Como base para um projeto político bem-sucedido, a estrutura institucional que garantiu essa implementação compreendeu: a elaboração de um Plano Preliminar de Urbanismo, sob acordo entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná (CODEPAR); e uma comissão para organizar os debates em torno ao plano, a Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (APPUC), comissão mais tarde transformada numa instituição pública independente, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), criado em 1965.

O objetivo manifesto quando da criação do IPPUC consistiu em "preparar a cidade para o futuro" transcendendo a burocracia dos departamentos municipais, com um *staff* técnico qualificado. O que de fato operou no instituto, desde então, foi uma linha de

planejamento, de corte tecnocrático, funcional ao olhar atento do regime militar da década de 1970. As representações que cercavam o IPPUC o citavam como “lugar pensante”³⁷, “onde se decide o destino da cidade” ou, como já foi chamado, a “Sorbonne do Juvevê”³⁸. A análise dessas representações permite vê-las como partes da ideologia valorizadora da tecnocracia, que erigia os quadros técnicos à sua condição de missionários, detentores do conhecimento científico sobre a cidade. Percebe-se aqui a transformação da ideologia em conhecimento estabelecido, em saber, o que na verdade lhe confere legitimidade como instrumento do poder político.

Logo no período imediato à sua criação, o IPPUC, instância de planejamento, passou a ser vinculado diretamente ao prefeito como órgão de assessoramento, desfrutando de especial poder na tomada de decisões: “[...] se a administração pública é recorrentemente imaginada como uma pirâmide, então a agência de planejamento local certamente ocupava seu ápice” (Oliveira, 2000, p. 93). A maneira como esse poder se institucionalizou é revelada pela composição de seu conselho administrativo, que garantia a comunicação com todos os departamentos e agências da prefeitura relacionados ao planejamento e à execução de obras.

37. Se o IPPUC era associado, desde a década de 1970, à imagem de “lugar pensante” de onde emergiam as ideias para a cidade, a imagem de genialidade dos arquitetos urbanistas, associada a um lugar irradiador, um ponto no espaço onde são pensadas as ideias, emerge novamente na década de 1990, associada então ao local de trabalho do atual governador do Estado, Jaime Lerner, uma edificação circular no meio de um parque, chamada de “chapéu pensador”, lugar onde são concebidos os planos para desenvolvimento do estado.

38. A expressão “Sorbonne do Juvevê” é atribuída ao jornalista Luiz Geraldo Mazza, sendo que “Juvevê” é o bairro onde está situado o instituto.

A eficiência da estrutura administrativa criada para o instituto, tanto pelo que representa como compromisso político nas decisões quanto pela corresponsabilidade dada aos demais departamentos nas decisões do planejamento e na sua implementação, é particularmente ressaltada em estudo realizado para avaliar “as razões do êxito de Curitiba no campo do planejamento urbano” (Iuperj/Minter, 1975). Esse estudo, encomendado pelo Ministério do Interior ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj), faz importante análise do arcabouço institucional local criado desde a década de 1960 para viabilizar a atuação dos planejadores. Nessa reconstituição do contexto institucional no qual o planejamento se realiza, os autores do estudo formulam sua resposta explicativa do sucesso da experiência curitibana:

[...] o que deu notoriedade ao experimento curitibano de planejamento foi a implantação de soluções tais como o sistema de ônibus expresso, o sistema de circulação, as áreas verdes [...] a ênfase foi sempre colocada na dimensão técnica destas soluções. Esta dimensão é, entretanto, o que há de menos original no experimento e de menor relevância na explicação do seu sucesso. É razoável supor que outros centros urbanos maiores e mais desenvolvidos possuem capacitação técnica para elaborar as mesmas soluções ou soluções mais adequadas aos seus problemas. Nem mesmo são originais as próprias soluções curitibanas. O que há de notável no **caso de Curitiba** é que tais soluções puderam ser implementadas enquanto propostas idênticas, ou equivalentes, têm abortado em outros centros urbanos. Em resumo, a originalidade do experimento curitibano está em sua dimensão político-institucional. Não é a técnica do planejamento, mas a política do planejamento o fator mais relevante. (Iuperj/Minter, 1975, grifo do autor).

Pode-se reconhecer a importância de tal estudo quando ele realiza a desmitificação da técnica e a valorização da política como bases para a explicação da gênese e do alcance da experiência urbana vinculadas ao Plano Diretor. Entretanto, também é possível reconhecer limites nessa abordagem, pois, dentro dela, as fronteiras da “política” são essencialmente os arranjos institucionais da estrutura de poder local. O quadro nacional do período, o contexto político-institucional no qual se situava o próprio ministério demandante do estudo, a ideologia desenvolvimentista do regime militar e sua orientação para o planejamento tecnocrático que privilegiou o planejamento de Curitiba como “modelo” e as relações com as agências internacionais de financiamento não são levados em conta. No trabalho citado, também está excluído da dimensão política o caso das relações entre políticos, os técnicos da administração pública e os atores privados vinculados aos grandes interesses empresariais, relações que, na verdade, fazem parte da coalizão de interesses em torno do plano. —

A inscrição do projeto de renovação urbana de Curitiba no contexto político-econômico nacional da década de 1970 permite entender também a relevância de atores e instâncias da esfera federal dos anos de autoritarismo na construção e na ornamentação da imagem da cidade-modelo. Com efeito, Curitiba foi eleita, naquele período, a mais genuína expressão do chamado “milagre brasileiro” em sua versão urbana, a “menina dos olhos” do Estado centralista e autoritário. Por meio do planejamento tecnocrático, foi promovido, à época, o chamado “discurso competente”, baseado na ideologia da racionalidade e da neutralidade da ação planejadora (Chauí, 1981). O planejamento orientado por tal matriz ideológica encontrou, no projeto de modernização urbana curitibano, a mais concreta expres-

são do projeto desenvolvimentista pretendido para o País (Santos, 1985/1986). O quadro político nacional foi, na segunda metade da década de 1960 e em toda a de 1970, extremamente favorável à instauração e a implementação desse tipo de intervenção planejadora.

Personagem da elite do planejamento, o arquiteto e urbanista Jaime Lerner foi quem melhor tirou proveito das oportunidades de realização de um ambicioso programa político associado ao projeto de renovação urbana. Lerner foi o primeiro presidente do IPPUC na década de 1960 e o primeiro prefeito de Curitiba a deslanchar a implementação do Plano Diretor em 1971. É necessário pontuar que sua administração tinha especial respaldo político para decidir o momento certo para o início da renovação da cidade, considerando que Lerner foi indicado para prefeito pela Arena durante o regime militar. De fato, as instâncias centrais do governo federal identificavam nele uma liderança-chave, adequada para desencadear o programa, o que também facilitou o financiamento, nacional e internacional, dos grandes projetos de renovação urbana.

Além de se valer de conjuntura nacional favorável, Lerner desenvolveu, desde sua primeira gestão, uma eficaz política de alianças com a classe empresarial, fator essencial à sustentação do projeto (Oliveira, 2000). Essa efetiva aliança interna de classes, entre os empresários, os políticos e as elites do planejamento, permite compreender a gênese histórica e a evolução do projeto de cidade, tornado hegemônico desde meados da década de 1960, liderado por esses agentes que construíram um campo de interesses e o *habitus*³⁹

39. Essa noção, desenvolvida por Bourdieu (1999), está apresentada no capítulo.

a ele correspondente (Bourdieu, 1999). O campo onde se inserem os atores portadores do *habitus*, de uma matriz estruturadora comum, e a partir do qual constroem esse determinado projeto de cidade é, portanto, construção política e histórica.

Essa identificação do campo permite desvendar suas matrizes e seus princípios, aqueles que organizam e estruturam o conjunto das práticas materiais da transformação junto à ideologia, produtora de discursos, símbolos e imagens. De alguma forma, os atores que efetivamente participam desse campo mediado por conflitos de interesse tendem a negociar seus interesses e a participar da política urbana hegemônica; hegemonia que encontra no espaço uma instância ativa de reprodução do poder político. Desse modo, na produção do espaço, ao mesmo tempo materialidade e representação, as ações de empresários, políticos e planejadores situados dentro do campo são orientadas por uma mesma matriz estruturadora que, entretanto, vai sendo reestruturada no curso da história.

A relação entre os gestores do projeto e os setores empresariais

A aliança entre os políticos e técnicos vinculados ao planejamento da cidade e os empresários ligados aos grandes interesses privados vem se forjando desde a segunda metade da década de 1960. Ela configura o campo de atores a partir do qual é instaurado o projeto modernizador, sendo um elemento importante na explicação do alcance do projeto. Com efeito, a implementação das mudanças espaciais promovidas pelo Plano Diretor e suas subse-

quentes modificações foram, em todos os momentos, absolutamente compatíveis com os interesses das elites empresariais da cidade, particularmente aquelas vinculadas aos setores da indústria, da incorporação imobiliária, da construção civil e do transporte público. A influência desses setores empresariais da economia urbana se manifesta tanto formalmente, por meio de suas organizações classistas e de seus representantes políticos, quanto informalmente, pelas relações pessoais e pelos mecanismos de pressão nas decisões afetas às políticas urbanas (Irazábal, 1999).

Porém, a leitura edulcorada da experiência de planejamento urbano dá emergência apenas à equipe de planejadores, como os grandes atores desse projeto de cidade, e oculta o complexo feixe de agentes e relações que constroem o campo político das possibilidades do projeto. Desvendar esse campo parece ser relevante para a compreensão da singularidade de sua experiência histórica, para além daquelas representações que o discurso oficial veicula com insistência⁴⁰.

A relação entre as autoridades constituídas, a esfera do planejamento e a classe capitalista privada, efetivada mediante determinadas instituições, normas legais e determinados procedimentos, condicionou os limites em que de fato se moviam os planejadores, constrian-

40. Uma abordagem do ideário urbanístico da década de 1970 e de suas representações permite ver a centralidade conferida aos urbanistas como fator explicativo da "boa condução" do projeto de reestruturação urbana. Entre as representações recorrentes, a principal talvez seja a que procurava antecipar, utilizando-se da imagem criada, as condições de um urbanismo "para uma sociedade moderna, contemporânea do futuro" (Curitiba, 1990, p. vii) como se a simples vontade subjetiva ou mesmo uma atualização da sintaxe espacial fossem capazes de realizar esta nova sociedade.

gimentos que colocam em xeque a representação deles como portadores de liberdade de ação, orientada exclusivamente por um projeto utópico de cidade⁴¹. O planejamento urbano em Curitiba não só não alterou significativamente as práticas espaciais dos atores privados, como parece ter contribuído para conferir uma vitalidade adicional a essas práticas, fazendo prevalecer os interesses corporativos diante do interesse público. O tom elogioso das associações classistas em relação à administração pública e às gestões de Jaime Lerner evidencia o amplo entusiasmo dos empresários diante do aquecimento de suas práticas. Além disso, as representações em torno da figura do prefeito convergem e reforçam a mítica construída por meio de sua imagem oficial como personagem carismático e visionário:

A nossa querida cidade de Curitiba foi premiada pelo destino, pois hoje conta em seu comando com um desses raros elementos humanos que possui o dom de viver muitos anos à frente do presente. Engenheiro e arquiteto por formação, administrador por vocação, político por acaso e sonhador por possuir a sensibilidade característica àqueles que encontram na arquitetura a fonte de inspiração para projetar a sua arte, o engenheiro e arquiteto Jaime Lerner é realmente um prefeito fora de série. Uma consequência inevitável da exuberante administração do prefeito de Curitiba é que os empresários e empreiteiros de obras públicas, e que trabalham no setor municipal, encontram um magnífico campo de trabalho, atingindo níveis de progresso surpreendentes.⁴²

41. Conferir Oliveira (2000, p. 17).

42. Editorial Associação e Opinião: um alcaide diferente. *O empreiteiro do Paraná*. Órgão da Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras. Curitiba, ano 8, n. 312, fev. 1973. Matéria de capa. (apud Oliveira, 2000, p. 177).

Na verdade, a análise das opções políticas dos planejadores mostra uma subordinação da técnica às necessidades e aos imperativos das empresas, subordinação quase sempre velada, mas às vezes acintosa. É o caso da abrupta passagem da proibição legal à transmutação em incentivo velado para a construção de *shopping centers* em determinadas áreas, como é exemplar o tratamento privilegiado dado à construção do Shopping Müller no início da década de 1980. Contradições e reviravoltas podem ser identificadas na violação de várias outras normas relativas ao uso do solo, com o objetivo de conceder a determinadas empresas os alvarás necessários à construção de grandes empreendimentos. Exemplos mais recentes desses favorecimentos e dessas alterações bruscas na legislação podem ser encontrados, na década de 1990, na permissão à instalação de hipermercados e *shopping centers* concentrados na mesma região da cidade ou de empresas automobilísticas, como a Renault, instaladas em áreas até então protegidas por legislação ambiental como mananciais de abastecimento metropolitano (Urban, 1999). Sob o manto da eficiência administrativa e da competência urbanística, o lernismo estreitou os laços clientelistas entre o poder público e alguns setores da iniciativa privada ao mesmo tempo que bloqueou os espaços de participação popular (Samek, 1999).

No caso de Curitiba, pode-se perceber, no contexto que condiciona a elaboração de seu Plano Diretor em meados da década de 1960, a necessidade manifestada pelas elites locais de desencadear uma política agressiva de atração de indústrias. É a partir da criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), uma das áreas privilegiadas pelo zoneamento instituído pelo plano, que pode ser identificada a orientação da política urbana para a produção de um espaço extre-

mamente favorável à realização dos interesses do capital industrial em geral. De fato, na elaboração do projeto, houve ativa participação de membros da Associação Comercial do Paraná (ACP) e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) em interação com os planejadores da administração pública, interação que ficou, a partir de então, garantida institucionalmente (Oliveira, 2000).

Mas a relação mais interessante entre elites industriais e políticas, aliança entre atores que participaram do campo do planejamento da cidade, foi aquela realizada em sentido inverso. Do mesmo modo que os empresários garantiram uma formalização de sua participação na gestão da cidade, os planejadores ocuparam cargos de representação nos empreendimentos industriais. Por exemplo, Saul Raiz, ex-prefeito (1975-1979), Cássio Taniguchi, presidente da Companhia de Urbanização de Curitiba (Urbs) na década de 1970 e prefeito (1997-2000), e Karlos Rischbieter, ex-ministro, figuraram entre os representantes de conselhos administrativos de empresas nacionais e estrangeiras da CIC (Oliveira, 2000).

Os programas de atração de indústrias se sustentavam, já na década de 1970, na ação comunicativa e na construção e veiculação de imagens de uma cidade em franca transformação. As imagens procuravam mostrar as diferenças entre Curitiba e outras cidades no que se referia às áreas de transporte, infraestrutura e lazer. A identidade por oposição é, na verdade, um elemento reiterado na construção simbólica associada a esse projeto modernizador desde o seu início, elemento que, na década de 1990, reaparece fortalecido pela retórica generalizada da “competitividade entre lugares”.

Somado ao trabalho de imagem que há trinta anos já operava com o que hoje costuma se chamar, na língua franca dos planejado-

res do momento, de “venda da cidade”, a política urbana de atração de indústrias implicou também a concessão de generosos subsídios para atrair os novos investimentos, com a pretensão de mudar a face da economia urbana. Grandes obras de construção de infraestrutura para a zona industrial, linhas de financiamento para as indústrias e isenções de impostos foram viabilizadas com a contribuição do governo estadual. Esse claro e vultoso subsídio à instalação de empresas gerou uma enorme dívida ao município, existente até hoje. As empresas estaduais, por seu lado, para recuperarem uma parte do investimento, transferiram o ônus para os contribuintes, com o aumento das tarifas de água, luz e telefone (Namur, 1992).

Já outros setores, como os dos empresários de obras públicas, do setor imobiliário e da construção civil, embora não tivessem representação igual à obtida pelo empresariado industrial formalizada no plano, encontraram mecanismos informais de pressão e de participação nas decisões relativas ao planejamento urbano. Cabe, de fato, sua inclusão como atores relevantes no campo do planejamento, efetivos participantes da hegemonia construída em torno do projeto de cidade. Esses atores sempre desenvolveram diversas iniciativas em defesa de seus interesses. Representantes de entidades classistas – como a ACP, o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), a Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras Públicas (APEOP), a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis do Estado do Paraná (Secovi) – participam, em alianças variadas, de comissões que elaboram estudos técnicos junto a entidades profissionais de engenheiros e arquitetos e da elaboração de propostas e pareceres encaminhados à administração municipal.

As empresas incorporadoras, imobiliárias e construtoras organizadas nessas entidades têm atuado eficazmente na defesa de seus interesses no interior do sistema político local, tendo influenciado o padrão vigente das políticas urbanas e os parâmetros urbanísticos definidos por lei. Além de atuações nas chamadas “comissões técnicas” que avaliam o andamento das políticas públicas, os empresários do setor imobiliário e do transporte coletivo tiveram, nas últimas décadas, representantes eleitos para a câmara municipal que têm dado sustentação a seus interesses dentro da estrutura do governo da cidade.

Efetivamente, o grupo empresarial ligado ao transporte coletivo, há mais de trinta anos, controla o ramo por meio de um cartel de seis empresas, que dividem porções de mercado em áreas “seletivas” da cidade nas quais opera cada uma das empresas. Trata-se de um verdadeiro oligopólio da economia urbana, praticamente intocado pela política de transportes desenvolvida com a implantação do Plano Diretor. No período inicial, porém, houve diversos conflitos entre empresários e planejadores, posto que o desenho dos eixos estruturais que atravessam a cidade, em que o adensamento seria induzido mediante o transporte coletivo, não correspondia ao arranjo territorial das fatias “seletivas” de operação das empresas. Nesses conflitos, prevaleceu a visão dos empresários, e as áreas “seletivas” (na verdade, monopolizadas) foram mantidas. O que ocorreu com o tempo foi uma concentração maior do ramo, com fusões de empresas, até se chegar à situação atual: um único grupo empresarial controla a metade do transporte coletivo da cidade.

O plano, além de não ter afetado os interesses mais fortes do setor, também favoreceu as empresas ao não exercer controle

sobre a sistemática de cálculo das tarifas, ao fazer concessões como a prorrogação do prazo de vida útil dos veículos e, sobretudo, ao não realizar concorrências públicas para a gestão dos serviços. Com essa política, assegurou a preservação desse cartel dos transportes.

Houve, entretanto, nessa área, importantes conflitos protagonizados pelas lideranças dos movimentos populares frente ao governo municipal. A falta de controle da prefeitura diante dos aumentos abusivos de tarifa definidos pelas empresas e as recorrentes fraudes descobertas nas planilhas fizeram com que a questão do transporte coletivo, até então sempre associada ao “sucesso do planejamento curitibano”, se configurasse, no início da década de 1980, como a principal questão de luta política por parte dos movimentos sociais de bairro, com expressiva atuação nos embates que caracterizaram as políticas urbanas no período democratizante (Neves, 1998). A contestação, por parte dos movimentos, ao modelo de gestão dos transportes atingia o âmago do planejamento e das políticas urbanas até então incontestadas. Entretanto, essa contestação, muito significativa no início da década de 1980, não teve força política suficiente para deslegitimar e colocar em crise o projeto dominante de cidade. A contradição entre a difundida “revolução na área de transporte coletivo de Curitiba” desencadeada pelo plano e a submissão da administração pública aos interesses do ramo dos transportes, sem nenhuma significativa mudança na gestão pública, é salientada neste trecho:

Essa ‘revolução’, que mudou tanta coisa, não mudou o essencial, ou seja, a maneira pela qual era dividido o mercado entre as mesmas seis empresas de transporte que dominam o setor há mais de trinta anos. (Oliveira, 1998).

A participação dos empresários do ramo imobiliário nas definições urbanísticas

Cabem agora algumas considerações relativas à relação entre os planejadores e os empresários do ramo imobiliário. Talvez o exemplo mais relevante das pressões exercidas pelos empresários na alteração de padrões de usos do solo, altura dos edifícios e ocupação dos terrenos seja aquele relativo aos chamados “setores especiais estruturais”. No urbanismo curitibano, esses setores correspondem a faixas territoriais ao longo dos eixos estruturais da cidade, sendo, portanto, elementos centrais do projeto urbanístico regulamentado pelo Plano Diretor. A importância urbanística dos parâmetros para esses eixos, dentro das propostas do plano, valorizada pelos planejadores como elemento central da nova espacialização, não foi suficiente para impedir as profundas alterações que ocorreram para ajustar esses parâmetros aos interesses privados relacionados ao ramo imobiliário.

De fato, é difícil reconhecer, depois das sucessivas mudanças decretadas, algum parâmetro da morfologia original do plano, que previa três torres de edifício por quadra, com altura máxima de 15 andares e predomínio do uso residencial. Notadamente, no ano de 1980, um decreto que dispunha sobre os setores estruturais passou a receber pesadas críticas de alguns representantes do ramo imobiliário. Poucos dias depois de sua promulgação, realizou-se uma reunião entre alguns empresários e o prefeito para debater o decreto. Passadas duas semanas dessa reunião, o prefeito emitiu novo decreto que anulava o anterior, instituindo mudanças que, com o tempo, levaram a um superadensamento, à saturação dos eixos e

a sérias implicações relativas a insolação, ventilação dos edifícios e congestionamento de trânsito.

Na negociação de interesses em torno dessas áreas da cidade, prevaleceu a liberação de parâmetros e o quase irrestrito adensamento dos eixos estruturais (Sánchez, F., 1993)⁴³, itens defendidos pelos empresários, como observado neste trecho:

[...] não deixa de ser curioso o fato de que, apenas duas semanas depois do encontro mencionado, as normas de ocupação da área em questão tenham sido alteradas de maneira tão conveniente para o capital imobiliário e tão pouco benéfica para o desenvolvimento urbano. (Oliveira, 2000, p. 155).

Como resultado dos conflitos no interior do campo do planejamento, esse caso específico se torna revelador do poder das elites empresariais na condução das políticas urbanas diante das chamadas “razões técnicas”, embora essas últimas sejam exaustivamente alçadas, na retórica oficial, à condição de “decisivas”. Se os planejadores se encarregaram de difundir, na mídia, a imagem do IPPUC como uma “ilha de excelência” onde imperava a racionalidade técnica, a análise crítica pode evidenciar essa “racionalidade” como parte de uma ideologia que esconde os jogos de interesse e de poder que se dão no e através do espaço político.

A imagem do instituto como “ilha”, preservada de interesses que não os técnicos, em prol do bem público, pode ser questionada

43. No trabalho citado, é analisado o conteúdo das primeiras obras urbanísticas referentes ao plano, dentre as quais, os chamados eixos estruturais, especialmente no capítulo 3.

ao se mostrar a permeabilidade que de fato ali existia para estabelecer conexões com os grandes empresários e seus interesses. Podem ser identificados os limites das chamadas “razões técnicas” evocadas pelos planejadores para justificar as decisões políticas na renovação urbana por meio, por exemplo, da própria fala de um empresário do setor da construção civil:

Não teve problemas maiores na área de construção. Sempre houve negociação, conversas. O Cássio⁴⁴, quando estava no IPPUC, me chamava permanentemente antes dos decretos para qualquer coisa com relação à alteração de áreas. E todos os prefeitos fizeram isso. (Galvão, 1998).

Também com relação ao aproveitamento, por parte dos atores ligados ao mercado imobiliário, de áreas valorizadas pela intervenção pública, como os parques, o mesmo empresário expressa: “[...] as áreas de entorno de parques têm sido muito bem aproveitadas para condomínios residenciais” (Galvão, 1998).

Mas é na análise das obras relativas à implantação de um dos chamados “eixos”, justamente uma das peças-chave da proposta urbanística de Curitiba, que pode ser identificada uma das maiores contradições entre a aparente razão técnica e a razão mercadológica definidora dessas operações. A depender da fundamentação técnico-urbanística, os eixos estruturais, sistemas formados por três vias paralelas dotadas de toda a infraestrutura, seriam os eixos que concentrariam linearmente o maior adensamento po-

44. Refere-se a Cássio Taniguchi, prefeito de Curitiba entre 1997 e 2000, reeleito para o período 2001-2004.

pulacional da cidade. Entretanto, a chamada “Conectora Cinco”, continuação do eixo estrutural que faz a conexão com a Cidade Industrial de Curitiba – construída no início da década de 1980, durante a segunda administração de Jaime Lerner –, “ligava o nada a lugar nenhum”⁴⁵.

De fato, um volumoso financiamento do Banco Mundial foi canalizado para a realização desse conjunto de obras viárias e de infraestrutura numa região com baixíssima ocupação, enquanto outras regiões de grande densidade continuavam desprovidas de infraestrutura. O valor dos terrenos na região subiu disparadamente em decorrência de sua urbanização total e, num procedimento típico de operações de especulação imobiliária⁴⁶, os terrenos adquiridos pelos incorporadores antes dessa violenta valorização foram efetivamente ocupados somente uma década depois.

Se for considerado que a proposta inicial de ocupação do solo ao longo desse eixo era a de loteamentos de baixa renda, justificado pelo acesso direto à CIC, o seu processo de ocupação tomou um rumo frontalmente oposto, o que evidencia um claro favorecimento dos interesses empresariais do setor imobiliário, em detrimento da chamada “racionalidade técnica”. O padrão construtivo atual, junto à imagem mercadológica da área para a venda de imóveis de grandes empreendimentos, parece emblemático da mútua relação entre a

45. Frase atribuída a Roberto Requião (apud Neves, 1998), em entrevista.

46. À época, denúncias de vazamento de informações quanto a mudanças na lei de zoneamento e quanto à construção da Conectora Cinco, que teriam favorecido alguns grupos empresariais, deram origem à abertura de uma CPI, a CPI do IPPUC, em 1983 (Oliveira, 2000).

ação planejadora e a ação dos empresários no mercado imobiliário de Curitiba: numa alusão à imagem-síntese da cidade como “capital ecológica”, os empreendimentos situados nessa área fazem parte da chamada “Ecoville”. Esse nome dado à área que corresponde à Conectora Cinco foi incorporado como marca que agrega ao valor de mercado dos imóveis os valores e as representações relacionados à cidade: vende-se, junto com os imóveis, um estilo de vida, materializado na proposta urbanística por torres de edifícios isoladas, de alto padrão, inseridas em amplas áreas verdes.

A análise anterior contesta a conhecida versão oficial, segundo a qual os planejadores teriam sido os únicos formuladores das políticas urbanas em Curitiba. Nota-se que os atores dos principais setores econômicos afetos às questões urbanas participaram, ainda que de diferentes modos, da elaboração e da implementação dessas políticas. É justamente por meio da aliança interna de classe e desse consenso entre as elites que o Plano Diretor foi viabilizado, não apenas como instrumento urbanístico mas, sobretudo, como instrumento político para promover a renovação urbana.

O projeto político do grupo que promoveu a renovação urbana desde a década de 1970 foi fortalecido mediante a difusão ampliada do sucesso da experiência de planejamento. O que parece explicar a aceitação, por tão longo período, da versão de sucesso dessa experiência – atribuída essencialmente ao domínio de um conjunto de acertadas decisões técnicas⁴⁷ alimentadas por uma

47. Essas decisões foram originadas, segundo a versão dominante, da forte liderança de apenas um indivíduo, o arquiteto-urbanista Jaime Lerner, com reputação quase mitológica. É possível identificar na recorrência da formulação sintética

rara preocupação com o bem público, à criatividade iluminada e visionária dos urbanistas e, sobretudo, ao poder transformador do planejamento – é o fato de que tal versão, reforçada pela construção da imagem de cidade-modelo, atende muito bem ao ocultamento dos atores e aos interesses dominantes que interagem dentro do campo do planejamento urbano. De fato, o saber técnico ligado ao poder é um poderoso instrumento de dominação, que esconde, sob a imagem construída, o complexo jogo político da produção do espaço. O exercício da política é retirado da cena visível da renovação urbana, que é apresentada como resultante de propostas e de ações baseadas na racionalidade técnica.

A reestruturação urbano-metropolitana na década de 1990

Curitiba é a cidade-polo de uma aglomeração metropolitana que transcende suas fronteiras institucionais municipais. Sua base econômica, pautada, desde a década de 1970, num projeto industrial com atividades da metal-mecânica, foi dinamizada na década de 1990 com a incorporação de novos segmentos. Somado a isso, a região de Curitiba se encontra num dos vetores de desconcentração da atividade econômica do sudeste brasileiro e faz parte do processo de reestruturação da macrorregião (Sánchez; Moura, 1999).

“racionalidade nas decisões técnicas” o seu conteúdo ideológico implícito: ao qualificar as decisões como “racionais”, o discurso confere-lhes um sentido absoluto e inquestionável, reificando a figura do técnico-urbanista e indicando uma situação social sob a qual, aparentemente, a regra é o consenso.

Efetivamente, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) está entre as que mais cresceram na última década, com uma taxa de 3,17% ao ano, praticamente o dobro da média nacional, de 1,63% ao ano⁴⁸. O crescimento é menos intenso em Curitiba, com 2,13%, e mais expressivo nas demais cidades da região metropolitana, com uma taxa média de 4,82% ao ano. Desse modo, há um processo de concentração da população paranaense na RMC ao mesmo tempo que se dá um processo de desconcentração interna ao espaço metropolitano, com a redução da participação de Curitiba na região (tabela 1).

Nos últimos anos, prosseguiu o movimento migratório preferencialmente em direção à RMC, “[...] destino preferencial dos migrantes intra e interestaduais, bem como a única a apresentar aumentos em termos absolutos e percentuais” (Kleinke et al., 2000, p. 21). Essa convergência está ligada a um conjunto de fatores de ordem estrutural, que reforçam as principais áreas de concentração. Junto à concentração, há um processo desconcentrador intrametropolitano dos migrantes menos qualificados:

[...] de modo geral, os municípios metropolitanos são as mais importantes áreas receptoras do estado. No entanto, Curitiba se destaca por uma condição peculiar de ser, ao mesmo tempo, amplamente receptora e expulsora na direção dos municípios contíguos.⁴⁹ (Kleinke et al., 2000, p. 23).

48. A RMC ocupa a 4ª posição, abaixo da área do entorno de Brasília (3,59%), de Florianópolis (3,29%) e de Goiânia (3,28%). Fonte: Instituto Brasileiro... (2000).

49. Em dados, Curitiba recebe 80.965 migrantes (41,4% do total da RMC) e remete para os demais municípios 55.342 (Kleinke et al., 2000).

Tabela 1 – Evolução percentual da população de Curitiba na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e da RMC no Estado do Paraná, 1960-2010

	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
Curitiba na RMC	71%	74%	71%	64%	61%	58%	50%
RMC no Paraná	12%	12%	19%	23%	27%	29%	35%

Fonte: Censos demográficos, 1960-1991. Contagem da população, 1996. Censo demográfico 2000. Projeções da população municipal para 2010, IPARDES/IBGE, 2000.

Segundo Firkowski (2001, p. 229), há uma “espacialidade produzida” na metrópole, a partir da lógica de Curitiba, com a rápida expansão da mancha urbana única nos municípios vizinhos a Curitiba; portanto, “trata-se da expansão de Curitiba” para fora de seus limites político-administrativos.

A concentração populacional nos municípios vizinhos a Curitiba é expressão da regulação do uso do solo aliada à atuação do mercado imobiliário, que, junto com a ausência de políticas e programas habitacionais intensivos para baixa renda, contribuíram expressivamente para a seletividade da ocupação no município-polo. O encarecimento do preço do solo, o alto valor dos imóveis, a falta de alternativas habitacionais e o próprio processo de planejamento da chamada “cidade-modelo”, que vem intensificando os processos de valorização do solo⁵⁰, impedem, na prática, as famílias de baixa renda de se instalarem em Curitiba. De fato, enquanto em Curitiba se verifica uma ligeira desaceleração do crescimento,

50. A esse respeito, a análise da última Lei de Uso do Solo revela o caráter segregacionista dos padrões urbanísticos adotados, evidenciando a restrição cada vez maior àqueles cidadãos não solventes, como aponta Moura (2000).

os municípios do aglomerado metropolitano crescem vertiginosamente.

Uma pesquisa divulgada em março de 2001, feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), junto com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), aponta Curitiba como “a melhor capital do Brasil, pelo Índice de Condições de Vida – ICV” (Gazeta do Povo, 29 mar. 2001). De acordo com a pesquisa, a capital tem o menor percentual de pobres, 9,8%, e o menor percentual de crianças que não frequentam a escola, 4,1%, dois índices considerados decisivos para “medir a qualidade de vida”. Esse resultado, que dá liderança a Curitiba diante das demais capitais analisadas⁵¹, foi recebido com euforia pelo governo municipal e assim divulgado amplamente pela mídia local:

[...] o melhor presente para Curitiba, neste 308º aniversário [...] uma prova definitiva do esforço de Curitiba para superar seus problemas. Podemos falar hoje, com absoluta segurança, que aqui se trabalha realmente para a melhoria das condições de vida de nossa gente, um processo que requer luta e esforço constante, tanto por parte do poder público, quanto por parte da própria comunidade (Cássio Taniguchi, Prefeito de Curitiba. Qualidade de vida é o melhor presente. *Gazeta do Povo*, 29 mar. 2001)⁵².

51. As outras cidades são Belém, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

52. A seriedade dos órgãos envolvidos na pesquisa é destacada pelo prefeito e o resultado favorável a Curitiba é utilizado como instrumento político para “responder a insinuações de pessoas equivocadas, que dizem que a cidade não passa de obra de *marketing*” (Cássio Taniguchi. Nascer e viver em Curitiba está cada vez melhor. *Gazeta do Povo*, 29 mar. 2001).

A depender do ponto de vista da análise, o resultado da primeira colocação no ICV pode ser interpretado de modo diferente daquele do prisma oficial: a colocação obtida deve ser relativizada, pois o violento processo de urbanização da grande Curitiba, a expansão da mancha urbana, vai além dos limites administrativos municipais, aos quais, porém, a pesquisa do ICV está restrita. Na perspectiva crítica, a menor porcentagem de pobres nos limites do município, por exemplo, evidencia processos de apartação social, de segregação das populações pobres para os municípios vizinhos da Região Metropolitana de Curitiba. De fato, em Curitiba e na RMC, não há programas habitacionais de baixa renda associados a programas extensivos de saneamento básico em áreas ambientalmente frágeis, já ocupadas⁵³. Entretanto, as políticas sociais não têm abrangência metropolitana e, no que diz respeito ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade, “nos 308 anos da cidade, os desafios ainda são os velhos desafios” (Gazeta do Povo, 29 mar. 2001).

A análise de indicadores, como as taxas de crescimento da população, destacando as dos municípios Fazenda Rio Grande, com 10,85% ao ano, e Piraquara, com 9,9%, com as maiores taxas do estado entre 1991 e 1996, revela o violento processo de produção do espaço metropolitano e as contradições entre a cidade-polo, tida como “modelo de cidade planejada”, e o conjunto de cidades-dormitório onde se reproduz o padrão excludente de produção do

53. Sobre essa questão, ver argumentos de Gislene Pereira e Maria Tarcisa Bega nos artigos “Gerenciar explosão populacional é desafio”, “Qualidade de vida dependerá de ações sociais”, “Invasões precisam de atenção especial” (*Gazeta do Povo*, 29 mar. 2001).

espaço, reconhecível em todas as metrópoles brasileiras. Entretanto, se esse padrão não é exclusividade da urbanização curitibana, ele assume, no contexto local, uma enorme importância por sua funcionalidade na produção do espaço em Curitiba, que caminha junto com a construção da positividade da “cidade-modelo”, “marca” cuja possibilidade histórica de reprodução está relacionada ao papel prestado pelos municípios vizinhos na absorção das mazelas sociais e ambientais: “[...] o modelo de planejamento e gestão urbana de Curitiba é um modelo consolidado a partir das desigualdades sócio-espaciais internas e de sua área metropolitana” (Moura; Kleinke, 1999).

A repartição da população menos favorecida entre núcleo e periferia, quando comparada à de outras regiões metropolitanas do País, confirma esse padrão seletivo de ocupação de Curitiba frente à RMC, com 66,2% dos pobres vivendo fora do núcleo metropolitano.

Tabela 2 – Repartição da população pobre entre núcleo e periferia por região metropolitana no Brasil (1990)

Região metropolitana	Porcentagem de pobres no núcleo
Salvador	77,3
São Paulo	60,2
Recife	40,1
Rio de Janeiro	39,2
Curitiba	33,8

Fonte: IPEA/IBGE (apud Oliveira, 2000).

O espaço urbano-metropolitano é marcadamente contraditório: a destacada “qualidade de vida”, o “padrão urbanístico inovador” e os equipamentos urbanos que deram notoriedade ao chamado

“modelo-Curitiba” se concentram nas áreas centrais e nobres em detrimento de extensa periferia desprovida de infraestrutura, interna e externa ao município, evidentemente, distante do “modelo”⁵⁴.

A remessa de grande parte dos problemas decorrentes do crescimento e da expansão da mancha urbana de Curitiba para os demais municípios da região criou uma cidade “ilhada” que começa a sofrer pressões pelas demandas reprimidas de suas periferias (Moura; Kleinke, 1999). Alguns programas de alcance metropolitano, como o de integração do sistema de transportes, vêm sendo implementados, sem, contudo, comprometer o papel funcional da região relativa ao polo, qual seja, o de absorver populações, atividades e usos não compatíveis com os padrões e as estratégias de valorização do solo em Curitiba: “[...] o que é disfuncional do ponto de vista do urbanismo mas que atende aos interesses da economia urbana de Curitiba é exilado e não é por acaso” (Oliveira, 1998).

A análise da participação de Curitiba na dinâmica econômica regional que se estabelece na década de 1990 aponta para algumas mudanças significativas: continua a haver uma polarização da RMC em relação ao Estado do Paraná no que se refere à chegada de novos investimentos; de fato, uma parcela significativa dos protocolos de intenções e dos investimentos realizados está voltada para o aglo-

54. Curitiba ocupa o 5º lugar dentre os municípios brasileiros com maior número de favelas, 122. Em 1991, eram 87 as favelas e o município ocupava o 6º lugar no ranking. Estas são as quatro cidades com maior número de favelas: São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Guarulhos. A própria prefeitura, em levantamento recente, aponta 262 bolsões de pobreza. Fontes: Instituto Brasileiro... (2000); Curitiba (1997).

merado urbano. Mas o quadro recente indica uma clara setorização industrial: enquanto as indústrias tradicionais se localizam no interior do estado, as indústrias tecnológicas, capitaneadas pelos gêneros material de transportes, eletroeletrônicos e de comunicações, se localizam na RMC. Na categoria "indústria tecnológica", verifica-se a aplicação intensiva de tecnologia no processo produtivo e uma grande participação de capital estrangeiro⁵⁵. Enquanto no interior acontece um reforço da antiga estrutura industrial, na grande Curitiba, a mudança aponta para uma tendência à reestruturação econômica e espacial (Firkowski, 2001).

A partir da segunda metade da década de 1990, o novo padrão industrial foi dominado pelas montadoras de veículos estrangeiras, como a Renault, a Audi/Volkswagen e a Chrysler, e seus supridores diretos, que não se instalaram propriamente em Curitiba mas sim nos seus municípios vizinhos. A concretização desse padrão está apoiada, sobretudo, no aporte financeiro, em fortes estímulos fiscais e na instalação de infraestrutura por parte do Estado. A doação de terrenos, a construção de grandes complexos viários, a construção do aeroporto internacional e a ampliação/reestruturação do porto de Paranaguá conferem sentido prático-estratégico à ação reguladora do Estado na produção do espaço adaptado às exigências das novas atividades, viabilizando esse padrão industrial, combinado

55. Além das montadoras estrangeiras, instalaram-se recentemente a indústria francesa *Soditech*, de sistemas de ponta para a indústria aeronáutica, e a estadunidense *Lucent Technologies*, que fabrica sistemas de energia para telecomunicações, dentre outras.

com a atração de empresas e investimentos de outros setores da atividade econômica.

Se é observada uma grande concentração de capitais no entorno de Curitiba⁵⁶, ela mesma participa com modestos percentuais no que se refere aos novos empreendimentos: 13,5% dos capitais, 16% dos estabelecimentos e 14% dos empregos. Esses dados correspondem, de fato, à nova fase da produção do espaço urbano-metropolitano: Curitiba como cidade voltada para os serviços e para a gestão, com uma intensificação dos investimentos no setor terciário, com uma tendência à especialização em indústrias de tecnologia de ponta e com um padrão cada vez mais seletivo de renda da população e de consumo. A RMC absorve, ao mesmo tempo, novos contingentes populacionais e grandes empreendimentos industriais sem, contudo, apresentar grande potencialidade de geração de emprego e, em alguns casos, frustrando expectativas criadas, como exemplifica o caso da montadora Chrysler, inaugurada em 1998 e fechada em 2001.⁵⁷

56. Publicitada como um grande salto na industrialização do Paraná.

57. A montadora de veículos *Chrysler*, instalada em 1998 em Campo Largo, um dos municípios da Grande Curitiba, por exemplo, fechou a fábrica em 2001, sem completar três anos de sua festejada chegada à RMC. Além de uma dívida de R\$120 milhões somente de ICMS, a empresa ficou devendo aos cofres públicos, em tributos e taxas, cerca de R\$400 milhões. Mais prejuízos pelo fechamento foram, então, destacados pelo prefeito de Campo Largo: a demissão dos 250 funcionários da montadora, além de uma dívida de R\$7 milhões por causa de terrenos doados a diversas empresas que ali se instalaram em decorrência da *Chrysler*. A prefeitura comprou esses terrenos e, segundo o prefeito, "veio tudo num pacote fechado, negociado pelo governo do estado". (Valor Econômico, 31 jan. 2001).

Indicadores econômicos apontam a tendência de transformação da cidade em polo de prestação de serviços. De 1994 a 1998, o setor triplicou a movimentação financeira, passando de R\$1,5 milhão a R\$4,5 milhões, com novos hotéis, restaurantes, escolas, bancos, seguradoras e empresas de publicidade e comunicação (Curitiba, 2001a). Dentro desse setor, o ramo do turismo é um dos que mais cresce, com uma participação, em 2000, de 5% no PIB da cidade⁵⁸ e com uma ampliação de 50% no número de leitos na rede hoteleira em estabelecimentos três e quatro estrelas entre os anos de 1998 e 2001, além de novos hotéis de grupos internacionais⁵⁹, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH).

Uma série de novas atividades comerciais e de serviços vem se desenvolvendo em Curitiba, voltadas para uma população que tem um potencial de consumo de 7,5 bilhões de dólares, superior ao de cidades como Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte e Campinas⁶⁰. Proporcionalmente ao número de habitantes, o volume de dinheiro disponível para consumo em Curitiba é superior ao de São Paulo. O consumo *per capita* do curitibano é de 4.768 dólares por ano, contra 4.293 dólares do paulistano, e uma média nacional de 2.800 dólares⁶¹. A maior parte dos domicílios de Curitiba, cerca

58. No ano de 1990, essa participação era inferior a 3%, segundo a PMC.

59. Exemplos desses empreendimentos são *Atlantica Hotels Internacional*, *Four Points*, *Sheraton*, *Blue Tree Caesar Towers* no segmento de alto padrão para os mercados de luxo e alto luxo, além das redes *Choice* e *Holiday Inn*. (Gazeta do Povo, 19 maio 2001).

60. Segundo pesquisa Simonsen Associados/Exame. *Exame*, São Paulo, ed. 713, n. 9, maio 2000. Edição especial.

61. Fonte: Exame (2000).

de 42% do total, concentra-se nas classes A e B⁶²; nas classes D e E, estão 22,9% das residências.

Esse breve perfil dos consumidores no município-polo e a localização privilegiada da cidade em relação aos circuitos econômicos do Mercosul e aos grandes centros urbanos do País servem para compreender o processo atual de reestruturação do mercado de atividades comerciais e de serviços, voltada, sobretudo, para as camadas médias, com a atração de empresas estrangeiras e nacionais para Curitiba.

A reestruturação econômica e espacial na metrópole produz novos arranjos na coalizão de atores empresariais que dá sustentação ao projeto de cidade. Os setores que tradicionalmente sustentaram a política urbana em Curitiba continuam a ter centralidade; entretanto, novos atores, ligados a diversos setores empresariais externos, nacionais e internacionais, com interesses localizados na metrópole, passam a ter participação crescente na definição das políticas e estratégias territoriais – na perspectiva da reprodução, em novas bases – do projeto hegemônico de cidade.

Através do *city marketing*, o governo da cidade manipula seletivamente determinadas representações e determinados indicadores socioeconômicos, ora do município-polo, ora de seu entorno, para configurar a cidade-mercadoria. A seletividade no trato com os indicadores surge, no plano analítico, como parcialidade e contra-

62. Esse dado é bem semelhante ao das outras capitais do Sul, Florianópolis e Porto Alegre. A classe A tem rendimento acima de 25 salários mínimos/mês; a B, de 10 a 25 sm/mês; a C, de 4 a 10 sm/mês; a D, de 2 a 4 sm/mês; e a E, abaixo de 2 sm/mês.

dição. Mas, no plano das estratégias de convencimento, funciona com sucesso. Observe-se, por exemplo, como é tratada a questão da população com relação às faixas de renda. As evidências relativas à apartação social, indicadas pela porcentagem crescente de população menos favorecida que vive fora da cidade central da RMC, são transformadas no discurso oficial (que se limita aos indicadores da cidade-polo), em evidências relativas ao aumento da renda média da população curitibana:

Se a economia vai bem, o cidadão é o principal beneficiado. Na última década, a renda familiar em Curitiba cresceu bastante. Segundo dados do IBGE, caiu o número de chefes de família com renda de até 2 salários mínimos e aumentou o número de chefes de família na faixa entre 5 e 10 salários e acima de 10 salários. Menos gente está ganhando menos. E mais gente está ganhando mais. (Curitiba, 2001b).

A depender do segmento empresarial considerado alvo, em cada campanha publicitária são elencadas diferentes “qualidades” para atrair novos empreendimentos, procurando mostrar sempre a cidade das “boas oportunidades para negócios”. Boa parte da propaganda oficial sobre a cidade e das imagens construídas objetiva tornar-se instrumento de potencialização da cidade-mercadoria. Cada resultado ou posição vantajosa em algum *ranking* de cidades, cada menção ou destaque em algum relatório de agência multilateral, como os relatórios anuais do Banco Mundial, é apropriado pelo governo da cidade e reconvertido em peças publicitárias e em imagens de sucesso do projeto de cidade, que, por sua vez, irão contribuir para o reconhecimento ampliado do chamado “modelo de planejamento”. É nesse contexto que a cidade-mercadoria, por

meio das imagens, se afirma em circuitos cada vez mais ampliados e complexos no mercado de cidades: “A grande campeã. Qualidade de vida, potencial de consumo e bom nível de escolaridade – eis os trunfos que levaram Curitiba ao pódio.” (Exame, 2000).

Veja-se, por exemplo, um trecho extraído da *home page* da Prefeitura de Curitiba que publicita a classificação da cidade em primeira posição no *ranking* das “melhores cidades para fazer negócios”⁶³:

Curitiba já é conhecida como a Cidade Sorriso e a capital Ecológica. Agora os curitibanos estão se acostumando com um novo título: moram na melhor cidade do Brasil para se fazer negócios, segundo pesquisa divulgada em maio pela revista Exame. Os números da pesquisa e os indicadores econômicos mostram que a vocação da cidade é tornar-se um pólo de prestação de serviços. (Curitiba, 2001b).

A imagem-síntese da “capital com melhor qualidade de vida do País” – criada, sobretudo, a partir da outorga desse “título” por parte de agências multilaterais, como o relatório “Cidades” do Banco Mundial, em 1999, ou a pesquisa IPEA/PNUD, em 2001 – é utilizada pelo governo como instrumento de difusão do “modelo”, que, com a legitimação conferida por essas instituições e agências, encontra canais ampliados de difusão, numa estratégia transescalar de circulação no mercado de cidades.

Mas a imagem de “campeã-brasileira do bem-viver” não é utilizada apenas como instrumento de construção de adesão social

63. Referente a reportagem de capa da revista Exame (2000).

e de afirmação política do “modelo” de planejamento. A representação da “qualidade de vida” e a seleção de indicadores e de imagens capazes de promovê-la são transformadas em dados naturalizados. Apresentada como dado, a “qualidade de vida” se transforma em diferencial estratégico para atrair investimentos para a cidade, aliada a dados como a capacidade logística, a infraestrutura disponível ou a qualificação da mão de obra.

Por meio da política de reestruturação do parque industrial da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), o governo municipal procura projetar Curitiba com uma nova síntese: a de “metrópole inteligente”, com a instalação do Parque de *Software*. Novamente, para a construção dessa imagem-síntese, as imagens da “cidade da qualidade de vida” e da “capital ecológica” são associadas à primeira:

Compreendeu-se também que a vocação de Curitiba para altos níveis de qualidade de vida e integração ao meio-ambiente não só é compatível como favorece o desenvolvimento da indústria do software, devido a suas características (pequenas empresas não-poluentes centradas em atividades intelectuais). (Curitiba, 2001a).

A política urbana de Curitiba é voltada para o município-polo e tem uma precária articulação metropolitana. No entanto,

[...] exerce o comando metropolitano definindo os novos espaços industriais, distantes o suficiente para serem por ela gerenciados e para que se concentrem em Curitiba inúmeras atividades afins aos novos empreendimentos industriais. (Firkowski, 1999).

Efetivamente, o “mercado de tecnologia” é apontado como o futuro da CIC (Gazeta do Povo, 29 mar. 2001)⁶⁴.

Dentro do projeto de cidade perseguido, a política urbana de Curitiba promove a renovação de certas áreas da cidade mediante a agregação de valor e determina a criação de novas centralidades, para atrair novos investimentos e fluxos de consumo. A face industrial da metrópole é reestruturada, prevalecendo as “indústrias tecnológicas”, com um deslocamento de indústrias para além dos limites da cidade principal. Paralelamente, em Curitiba vem ocorrendo uma crescente concentração de atividades de serviço e uma especialização em torno aos serviços do terciário superior e de apoio à gestão das empresas.

A reconstrução simbólica do projeto de cidade na década de 1990

Em 1989, o arquiteto Jaime Lerner assumiu pela terceira vez a prefeitura (1989-1993), sendo sucedido por Rafael Greca de Macedo e Cássio Taniguchi (reeleito em 2000), ambos do mesmo grupo político de Lerner. O projeto de cidade da década de 1990 e a imagem sintética de Curitiba parecem portadores de um *continuum* relativo à primeira fase, mas carregam, ao mesmo tempo, mudanças significativas de orientações e de conteúdos.

64. Algumas das empresas do Parque de *Software* são a HP, a Siemens, a Furukawa, a Positivo Informática e o Centro Internacional de Tecnologia de *Software* (CITS).

Efetivamente, na década de 1990, o governo municipal passou a fazer um investimento mais incisivo em *marketing* de cidade, em múltiplas e simultâneas escalas. Esse projeto de cidade foi inscrito não apenas nos cenários local, regional ou nacional, mas também no cenário internacional, inscrição à qual comparecem outros atores, instituições e esferas políticas encarregados da difusão internacional de “modelos” de gestão e de reestruturação urbana⁶⁵.

Nesse período, ampliou-se a escala de circulação da imagem de “cidade-modelo”, com a reinscrição em outras escalas: regional, nacional e global. Também na mídia nacional Curitiba é transformada em símbolo de um Brasil possível, “a cidade modelo de um Brasil viável” (Veja, 31 mar. 1993), a face moderna desejada para o País, eleita para ser mostrada ao mundo. Essa articulação de escalas na difusão do “modelo”, reconhecido instrumento de poder político, encontra possibilidade histórica nas profundas mudanças dos meios técnicos de comunicação e de organização global da informação, combinada com um diálogo mutuamente legitimador entre o governo de cidade e as instituições supranacionais, particularmente as agências multilaterais, como o Banco Mundial e a ONU (Swyngedouw, 1997).

A reflexão acerca da imagem reciclada na década de 1990 permitiu identificar, nas atuais sínteses, um certo processo de resgate dos elementos estruturantes da imagem construída duas décadas antes. Observa-se, nesse processo de resgate, a construção de um

65. O capítulo 3 se encarrega da discussão da geografia da difusão dos modelos e dos atores dominantes que configuram uma geometria do poder, a qual opera em escala global na legitimação de uma nova agenda urbana e na difusão de projetos de cidade sintonizados com essa agenda.

continuum, uma colagem no tempo, necessária para recuperar os elementos móveis das imagens-síntese anteriores, aquelas que contribuíram, em outros momentos, para a conquista do consenso. Destaca-se, no entanto, que o processo de construção da imagem se transformou historicamente em sua base técnica, com a incorporação de novos atores, processos de comunicação e critérios de seletividade e originalidade.

De fato, as sínteses produzidas na década de 1990, “capital ecológica”, “capital da qualidade de vida”, “capital brasileira de Primeiro Mundo”, não implicam rupturas incisivas na estrutura básica que organiza o fundo de percepções socialmente compartilhadas desde a década de 1970. Foram recuperadas, seletivamente, as sínteses “cidade-modelo”, “cidade humana”, “cidade eficiente e viável”, “cidade planejada”, e a imagem foi reconstruída por meio da agregação permanente de novas sínteses. Com efeito, observa-se que seletividade e recorrência, junto com atualização mediante a produção de novas sínteses, são propriedades generalizadas na produção contemporânea da imagem de Curitiba.

A apreensão desse padrão contemporâneo de construção de imagem, que acompanha os processos materiais de renovação urbana, identifica uma atualização radical do exercício do poder e da gestão urbana local, associada à construção da cidade-mercadoria, cuja afirmação tem vínculos históricos com o contexto de profundas mudanças nas atividades econômicas, nos fluxos de consumo e de circulação de bens e serviços na metrópole.

Curitiba é apontada, na escala nacional, como espaço condensador, por excelência, dos anseios relacionados ao modo de vida e de usufruir da cidade das classes dominantes. Como centro

de experimentação de novos processos e centro difusor de novos valores, Curitiba e o mito da cidade-modelo estão em cena na mídia nacional e internacional. Uma das recentes sínteses a ela associada é “a melhor cidade brasileira para se fazer negócios”, a partir de matéria publicada pela revista Exame (2000).

A perspectiva evolucionista do discurso oficial veiculado na mídia – “todas as cidades podem ser como Curitiba um dia” – cristaliza os parâmetros simbólicos e materiais da “cidade que deu certo” e indica um projeto para o Brasil urbano, como se fosse possível reproduzir as condições históricas, sociais, políticas e econômicas de efetivação do projeto urbano de Curitiba em qualquer outra cidade. Essa perspectiva, precária sob o ponto de vista analítico, mostra-se ideologicamente eficiente, pois consegue criar expectativas uniformizadoras ao mesmo tempo que desqualifica outros projetos de cidade ou outras orientações alternativas das políticas urbanas.

A visibilidade adquirida por esse projeto de cidade, em Curitiba, e a ressonância midiática alcançada em cada nova intervenção são construídas também por meio do acionamento da identidade por oposição. Nas imagens oficiais, as representações positivas sobre Curitiba são balizadas por representações negativas associadas a outras capitais e metrópoles. A recorrência dessa identidade contrastada parece iluminar a imagem de “modelo” e fortalecer a síntese “Brasil viável”.

Diante dos processos analisados nesta breve reflexão histórica acerca das políticas de renovação urbana e do seu arcabouço simbólico, ambos mutuamente referenciados e reconstruídos em distintos momentos das três últimas décadas, cabe dizer que a cidade foi transformada de teatro ou “cenário de encontro”, elementos presentes na

imagem da década de 1970, em espetáculo multimídia da década de 1990, cuja audiência privilegiada não se encontra mais apenas nos habitantes locais mas, simultaneamente, no País e no mundo⁶⁶.

Dentro do projeto, as obras arquitetônicas e urbanísticas são tornadas mercadorias, produtos de consumo que acompanham um ritmo frenético de “renovação de ideias”. Acima de tudo, cada intervenção é uma renovada celebração à técnica como marco espetacularizado da “cidade que não para de inovar”.

O planejamento tecnocrático continua no centro da cena⁶⁷. Por meio da imagem de cidade-modelo, realiza-se uma exaltação do poder do planejamento, desse modelo de planejamento. Parece apropriada aqui uma inversão da reiterada síntese “cidade a serviço do homem” para postular que esse projeto de cidade pretende, mais propriamente, colocar o homem a serviço da cidade planejada. Efetivamente, a marca de Curitiba é dada pela cidade. Na imagem dominante, Curitiba é feita sujeito com vida, ação e voz: “Curitiba

66. Como mostram Moura e Kornin (2001), é ilustrativa a campanha publicitária que une o Festival Internacional de Teatro de Curitiba à comemoração dos 308 anos da cidade. Um *outdoor* composto como um palco emoldurado por cortinas abertas mostra um casal abraçado e se entreolhando, com o Jardim Botânico ao fundo (o cenário) e a mensagem “Há 308 anos, Curitiba é um grande espetáculo”.

67. A respeito dessa centralidade conferida à figura do técnico na atribuição de responsabilidade pelo “sucesso” da experiência de modernização urbana, são elucidativos os conteúdos da campanha 2000 do candidato à reeleição Cássio Taniguchi, do mesmo grupo político de Jaime Lerner. Ver: Moura e Kornin (2001).

quer”, “Curitiba sabe”, “Curitiba consegue”. Como opor resistência a um sujeito tão inespecífico, amplo e absoluto como “Curitiba”?⁶⁸

Os grandes eventos comemorativos⁶⁹ e as obras inauguradas são oferecidos à população como “mais um presente que Curitiba dá a seus habitantes”. A população os recebe numa atitude contemplativa, passiva e reverenciadora. Deslumbra-se, mais uma vez, com o privilégio de viver numa cidade planejada e sente-se partícipe da cena, embora essa participação se resuma à de figurante.

*Materialidade e representação:
intervenções espaciais e imagens-síntese*

Na Curitiba-cidade-espetáculo, as atuais operações de promoção de sua imagem se encontram articuladas a mudanças de leitura do espaço urbano, renovando os atributos mais típicos da identidade de 1970 – “cidade humana”, “cidade planejada”, “cidade funcional” –, mediante a colagem desses atributos em representações que expressam a esfera cultural contemporânea – “capital ecológica”, “cidade de Primeiro Mundo”.

68. No último programa eleitoral da televisão na campanha do primeiro turno para a prefeitura, em 28 de setembro de 2000, Jaime Lerner participou em apoio à reeleição de seu candidato, Cássio Taniguchi, reforçando a ideia de que votar na oposição era votar contra a cidade: “por maior que seja a dificuldade, não se volte contra Curitiba, não se volte contra você”.

69. Por exemplo, a celebração dos trezentos anos da cidade, em 1993.

Efetivamente, a imagem de Curitiba vem sendo construída e reconstruída como peça-chave de afirmação de um projeto de cidade hegemônico desde o princípio da década de 1970. A cidade de Curitiba foi transformada em marca nacional da “cidade planejada”, da “cidade-modelo”, uma referência em “qualidade de vida urbana”, vitrine para as camadas médias dos demais centros urbanos brasileiros. Mas o tipo de intervenção urbanística que marca cada fase do projeto de cidade é bem específico.

Na década de 1970, correspondente ao período de implantação do Plano Diretor, foram produzidas mudanças profundas no tecido urbano, de cunho estrutural: os eixos, associados a um zoneamento que promovia a alta densidade, junto a um sistema de transportes próprio, que circula pelas vias estruturais. Essas intervenções integradas – circulação, transporte, uso do solo – constituem o grande referencial do plano, a “marca” do planejamento de Curitiba.

Ao desenvolver a reflexão acerca dos elementos-chave que deram sustentação ao projeto de cidade implementado a partir de 1970, é possível observar a centralidade atribuída à transformação físico-espacial da cidade na busca da modernização, que passou a ser anunciada e demonstrada por meio das formas espaciais modernas. Um projeto de recuperação da totalidade urbana numa síntese ideal, capaz de se apoderar da desordem mediante a ordem formal, estava contido nessa perspectiva. A crise urbana era tributada ao espaço e aparecia como decorrente de um crescimento não planejado, estimulando o apoio à denominada “eficácia das soluções físicas” propostas no plano para resolver os problemas urbanos (Curitiba, 1965).

Algumas intervenções urbanísticas – entre as quais, os “setores estruturais”, o “calçadão” da Rua das Flores (primeira via para pedestres no país) e os parques urbanos, como o Barigui e o São Lourenço – foram tornadas símbolos da modernidade emergente. Essas intervenções foram incorporadas à imagem-síntese de Curitiba na década de 1970 e tiveram significativa importância no projeto urbanístico.

Tais intervenções urbanísticas e os significados a elas atribuídos, como espaços definidos no Plano Diretor, constituíam-se em oportunidades abertas para a articulação e a estruturação do discurso que difundiu o projeto de cidade implementado a partir de 1970. De fato, elegeu-se a forma urbana como a base material mais evidente do projeto, na condição de um “vir a ser” embutida no plano. Ela viria a anunciar uma nova ordem, um novo tempo, indicando a possibilidade de existência de uma outra cidade. A ideia de que a nova forma urbana fosse capaz de gerar “um novo modo de ser urbano” buscava esvaziar, em sua linguagem de certezas, a possibilidade de existência da diversidade, geradora de identidades sociais múltiplas e contraditórias.

Já na década de 1990 se observa que as transformações urbanas deixavam de ser estruturais e passavam a ser fragmentadas, centradas em obras urbanísticas de construção de parques étnicos; novos centros culturais e áreas de lazer, como o “Memorial da Cidade” ou a “Ópera de Arame”; ruas de serviço chamadas de “Ruas da Cidadania”; bibliotecas de bairro chamadas “Faróis do Saber”; o Jardim Botânico; a “Universidade Livre do Meio Ambiente”; a “Rua 24 Horas”. Essas as obras mais emblemáticas do período e com maior presença na nova imagem da cidade (figura 6).

Junto a essas operações fragmentadas de renovação urbana, alguns programas ambientais, como o programa “lixo que não é lixo” e “câmbio verde”⁷⁰, deram notoriedade ao projeto de cidade, impulsionado pelo espaço a eles concedido na mídia internacional, através das premiações concedidas pelo BID, pelo BIRD e pela ONU. Nesse período, correspondente à terceira administração do prefeito Jaime Lerner em Curitiba, foi construída a imagem-síntese “capital ecológica”. Imagem que, no final da década de 1990, evoluiu para a de “capital tecnológica”, dada a reestruturação industrial urbano-metropolitana, associada à política de promoção das chamadas indústrias tecnológicas, sobretudo de *software*.

Na virada de século, uma nova síntese foi tornada imagem de marca da segunda administração de Cássio Taniguchi, desde o primeiro dia de sua gestão: “Curitiba, capital social”.

Seguimos firmes no propósito de ver Curitiba consolidada como a Capital Social do país. Temos a colaboração do cidadão que ama sua cidade e sabe que nascer e viver em Curitiba está ficando cada vez melhor. (Curitiba, 2001a).

A ênfase do Plano de Governo em programas sociais responde, certamente, à apertada vitória eleitoral sobre a oposição, com uma diferença de apenas 2% dos votos no segundo turno eleitoral. A frente de oposição, liderada pelo candidato do Partido dos Tra-

70. O primeiro, um programa de separação do lixo doméstico reciclável; o segundo, um programa em áreas de baixa renda, em que a população troca lixo reciclável por hortaliças e verduras.

balhadores (PT), Ângelo Vanhoni, construiu sua campanha baseada em propostas e em programas sociais de combate à desigualdade, de geração de emprego e renda, de equalização das condições de urbanização e de investimentos em equipamentos sociais de educação e saúde nas regiões periféricas. O embate político da campanha, o fortalecimento das oposições e as alianças construídas entre setores progressistas ameaçaram, de fato, a hegemonia política do grupo lernista, que se viu obrigado, no processo, a efetuar significativas mudanças discursivas: da "capital tecnológica" à "capital social".

Junto com a transformação da materialidade da cidade, destaca-se que foi necessariamente por meio da intervenção tecnicamente orientada no imaginário social que o mito da modernidade foi construído e cristalizado. A positividade da identidade coletiva passou a ser associada a determinados símbolos urbanísticos e valores da vida urbana consagrados pelo projeto de cidade.

Esses símbolos e valores se encontram, evidentemente, associados à produção e reprodução da imagem-síntese da cidade. A síntese é desenvolvida mediante a apropriação seletiva de técnicas, saberes e fragmentos do espaço. O efeito demonstração da síntese é produzido, sobretudo, pela seleção simbólica de partes pinçadas da paisagem urbana e por sua referência expressiva à totalidade urbana.

Pode parecer que a imagem em questão já esteja suficientemente consagrada em suas múltiplas escalas, local, regional, nacional, continental, global; porém, cada ato de linguagem reflete uma disputa, difusa e não explícita, pelo exercício do poder, uma disputa pela imposição de um sistema classificatório, uma luta pela interpretação hegemônica do espaço. Como mostram diversos autores (Ribeiro, 1994b; Canclini, 1996), níveis mais sofisticados

de controle da vida coletiva são cada vez mais subsidiados pelo *marketing* moderno. É assim que, para manter essa leitura dominante da cidade, as imagens necessitam ser periodicamente recicladas incorporando novos valores, novas representações e novos ícones espaciais.

O estudo das imagens ao longo do tempo mostra, no caso de Curitiba, que houve, de fato, um esforço de reciclagem permanente: na década de 1970, Curitiba era a "cidade-modelo", a "capital humana"; em fins da de 1980, passa a ser a "capital da qualidade de vida"; em princípio da de 1990, começa a afirmar-se como a "capital ecológica". Já no fim da década de 1990, com a chegada das novas empresas automotoras e com a requalificação tecnológica da cidade voltada para os serviços e indústrias de *software* e tecnologia de ponta, é possível identificar uma nova relocação do discurso e das imagens: há então uma certa relativização do discurso ambiental com uma correlata passagem da "capital ecológica" para a "capital tecnológica". Na mudança de século, tem emergência a marca "capital social" sob pressão das mudanças na correlação de forças entre o grupo lernista e os setores da oposição (figura 7).

Em sintonia com a cultura urbana global e com os novos projetos de reestruturação e desenvolvimento locais, novos valores são incorporados no discurso oficial sobre a cidade, para rejuvenescê-lo e para manter o *status* nacional e internacional do projeto. Não obstante, essa renovação é cautelosa, sempre procurando manter algumas matrizes consagradas em outros períodos. Como uma colagem no tempo, que recupera os elementos móveis das sínteses anteriores que têm contribuído para a conquista do consenso, recorrentemente é transmitida a ideia de um *continuum*

(Sánchez, F., 1997). As mudanças se apoiam numa linha de continuidade identificável com o tempo e com o espaço e, dessa forma, remetem à conceitualização de cidade como espaço-tempo:

[...] em todos os momentos as formas criadas no passado têm um papel ativo na elaboração do presente e do futuro. A história da cidade é a da suas formas, não como um dado passivo mas como um dado ativo. (Santos, 1996b, p. 72).

A grande veiculação das imagens sintéticas da cidade intensifica a ideia do socialmente pleno usufruto dos novos espaços modernizados e, implicitamente, sugere uma vida de classe média para todos os cidadãos. Para a elaboração dessa síntese com um poder comunicativo tão grande, trabalha-se, mediante articulação de processos técnicos e saberes especializados, com a seleção simbólica de fragmentos escolhidos da paisagem urbana.

Ocorrem, dessa maneira, processos de exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais apresentados, não obstante, como legítimas leituras da vida urbana coletivamente compartilhada. Esses processos parecem evocar a cidade como um todo. A produção dessas sínteses expressivas corresponde à estratégia de mobilização de determinadas energias – sobretudo dos setores dominantes da sociedade – para a sustentação da nova imagem, com um forte impacto no senso comum, na memória social e nas práticas de uso dos espaços.

A emissão de mensagens por meio de informações organizadas na linguagem sintética exigiu, a cada período do processo de construção de imagem, o exercício da articulação e da manipulação de um conjunto de saberes e de técnicas cada vez mais amplos e, até algum

tempo atrás, tenuemente relacionados. O processo de construção simbólica da transformação urbana extrapolou a esfera especializada do urbanismo e encontrou seus pontos de apoio em outros processos de manipulação de linguagens expressivas: o *marketing* moderno, a publicidade, a psicologia social. A criatividade e a velocidade na obtenção desses elos entre diferentes campos de saber se constituíram em um conjunto de condições indispensáveis ao alcance das massas e à promoção do consumo dos novos bens de significado simbólico articulados às práticas materiais da reestruturação urbana.

No projeto de cidade associado ao lernismo, renovação urbana e construção de imagem caminharam juntas, em permanente relação, identificada aqui como um dos importantes elementos na implementação desse projeto.

Por último, é importante ressaltar que, em período mais recente, essas sínteses produzidas no curso da década de 1990 vêm sendo combinadas com a imagem da “melhor cidade para se fazer negócios” (Exame, 2000). A constatação desse processo histórico de reciclagem simbólica da imagem no projeto urbano de Curitiba e a percepção de uma combinação cada vez mais notável entre determinadas imagens-síntese e o interesse mercadológico relacionado com a venda da cidade vêm reforçar a perspectiva analítica deste trabalho: a transformação da cidade em mercadoria e a venda da cidade são estratégias centrais do processo de renovação urbana contemporâneo (quadro 1).

Período/gestão	Políticas	Intervenções
1971-1975 – Jaime Lerner	Zoneamento Transporte	Eixos estruturais Sistema de transporte de massa
1975-1979 – Saul Raíz	Uso do solo Atração de indústrias Renovação do centro	Cidade Industrial de Curitiba (CIC)
1979-1982 – Jaime Lerner	Transporte Revitalização	Ampliação do sistema de transportes Renovação do Centro Histórico Reciclagens de edifícios e parques urbanos
1989-1992 – Jaime Lerner	Políticas ambientais: reciclagem de lixo, áreas verdes Políticas de atração de empresas	Renovação do sistema de transportes, parques, ciclovias, equipamentos culturais e de lazer: Jardim Botânico, Ópera de Arame, Rua 24 Horas, Universidade Livre do Meio Ambiente
1993-1996 – Rafael Greca	Política de equipamento e animação cultural Turismo urbano	Equipamentos culturais e de lazer: Faróis do Saber, Ruas da Cidadania, Memorial da Cidade
1997-2000 – Cássio Taniguchi	Zoneamento Uso do solo Reestruturação industrial do plano estratégico de gestão Atração de empresas: comércio, serviços	Infraestrutura viária Contornos Infraestrutura de apoio às empresas Empresariamento da gestão municipal Eficiência dos serviços
2001-2004 – Cássio Taniguchi	Atração de empresas Políticas sociais	

(continua)

Quadro 1 – Transformações nas políticas, intervenções e imagens, Curitiba 1971-2001

Período/gestão	Imagens-síntese	Sínteses recuperadas
1971-1975 – Jaime Lerner	1 Cidade planejada 2 Cidade-modelo	
1975-1979 – Saul Raíz	3 Cidade moderna e humana	
1979-1982 – Jaime Lerner	4 Cidade moderna e humana	1, 2, 3
1989-1992 – Jaime Lerner	5 Capital ecológica 6 Cidade de Primeiro Mundo 7 Capital da qualidade de vida	1, 2
1993-1996 – Rafael Greca	8 Capital da cultura 9 Cidade-luz	1, 2, 5, 6, 7
1997-2000 – Cássio Taniguchi	10 Capital tecnológica 11 Melhor cidade para fazer negócios	1, 2, 6, 7
2001-2004 – Cássio Taniguchi	12 Capital social	1, 2, 7, 8, 11

(conclusão)

Quadro 1 – Transformações nas políticas, intervenções e imagens, Curitiba 1971-2001

Fonte: elaboração da autora.